



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**  
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)



**Vol. 18, número 1, jan-jun, 2025, pág. 64-95**

**Psicologia Escolar no Ceará:** levantamento da inserção profissional de psicólogos/os na rede pública de educação básica

**School Psychology in Ceará:** Survey of the Professional Insertion of Psychologists in the Public Basic Education Network

**Psychologie scolaire au Ceará:** enquête sur l'insertion professionnelle des psychologues dans le réseau public d'éducation de base

**Lara Thayse de Lima Gonçalves<sup>1</sup>**

**Vitor Batista de Melo<sup>2</sup>**

**Érica Atem Gonçalves de Araújo Costa<sup>3</sup>**

**Francisco Pablo Huascar Aragão Pinheiro<sup>4</sup>**

**Tadeu Lucas de Lavor Filho<sup>5</sup>**

**Luciana Lobo Miranda<sup>6</sup>**

## **Resumo**

Este artigo pretende discutir dados obtidos nos portais da transparência municipal e estadual sobre psicólogas(os) vinculadas(os) à Educação básica no Ceará. Os dados foram coletados no âmbito da pesquisa multicêntrica "Atuação de psicólogos escolares e educacionais na América Latina: concepções, desafios e inovações nas políticas públicas de educação básica", coordenada pela professora Marilene Proença Rebello de Souza. A pesquisa visa analisar os impactos da Lei Federal nº 13.935/2019 para a atuação dos psicólogos escolares. A coleta de dados no Ceará contou com equipe de pesquisa composta por coordenadores de três universidades

<sup>1</sup> Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista de Pesquisa de Apoio Técnico (BAT) da FUNCAP. E-mail: larathayse10@gmail.com

<sup>2</sup> Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista de Pesquisa de Apoio Técnico (BAT) da FUNCAP. E-mail: vitorbdelemo@gmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: ericaatem@ufc.br

<sup>4</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) - Campus Sobral. E-mail: pablo.pinheiro@ufc.br

<sup>5</sup> Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE) - Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (FECLI). E-mail: tadeu.lucas@uece.br

<sup>6</sup> Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professor Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista de Produtividade do CNPQ. E-mail: luciana.miranda@ufc.br



públicas cearenses, além de estudantes de pós-graduação e graduação, profissionais e bolsistas, com apoio financeiro da FUNCAP. O levantamento foi realizado entre setembro e novembro de 2023, acessando os portais de transparência das prefeituras municipais e da Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Os dados foram organizados em planilhas e gráficos. A análise considerou as legislações pertinentes, censos da área e pesquisas sobre a inserção e atuação de psicólogos na educação, com uma abordagem crítica. Identificaram-se 223 psicólogas(os), vinculadas(os) à Educação, em 71 dos 184 municípios cearenses e 43 psicólogos(os) na Secretaria de Educação estadual. Em torno da razão número de matrículas por número de profissionais, apenas um município tem mais de 2 psicólogas(os) por mil matrículas. Na esfera estadual, a proporção é de aproximadamente 0,11 psicólogas(os) por mil matrículas. O mapeamento permitiu uma fotografia inicial da inserção dos psicólogos na educação, orientando as próximas etapas da pesquisa.

**Palavras-chave:** Psicologia Escolar; Políticas Públicas; Educação Básica; Ceará; Lei 13.935/2019

### **Abstract**

This article aims to discuss data obtained from municipal and state transparency portals regarding psychologists linked to Basic Education in Ceará. The data were collected as part of the multicenter research project "The Role of School and Educational Psychologists in Latin America: Conceptions, Challenges, and Innovations in Public Policies for Basic Education," coordinated by Professor Marilene Proença Rebello de Souza. The study seeks to analyze the impacts of Federal Law No. 13.935/2019 on the work of school psychologists. Data collection in Ceará was carried out by a research team composed of coordinators from three public universities in Ceará, in addition to graduate and undergraduate students, professionals, and fellows, with financial support from FUNCAP. The survey was conducted between September and November 2023, accessing the transparency portals of municipal city halls and the State Secretariat of Education of Ceará. The data were organized into spreadsheets and charts. The analysis considered relevant legislation, area censuses, and studies on the involvement and work of psychologists in education, with a critical approach. A total of 223 psychologists working in education were identified in 71 of Ceará's 184 municipalities, and 43 psychologists were identified in the State Secretariat of Education. In terms of the ratio of students to professionals, only one municipality has more than 2 psychologists per thousand students. At the state level, the ratio is approximately 0.11 psychologists per thousand students. The mapping provided an initial overview of the insertion of psychologists in education, guiding the next stages of the research.

**Keywords:** School Psychology; Public Policies; Basic Education; Ceará; Law 13.935/2019

### **Résumé**



Cet article vise à discuter des données obtenues à partir des portails de transparence municipaux et étatiques sur les psychologues liés à l'éducation de base au Ceará. Les données ont été collectées dans le cadre de la recherche multicentrique « Performance des psychologues scolaires et pédagogiques en Amérique latine : conceptions, défis et innovations dans les politiques publiques d'éducation de base », coordonnée par le professeur Marilene Proença Rebello de Souza. La recherche vise à analyser les impacts de la loi fédérale n° 13 935/2019 sur le travail des psychologues scolaires. La collecte de données au Ceará a impliqué une équipe de recherche composée de coordinateurs de trois universités publiques du Ceará, ainsi que d'étudiants de troisième cycle et de premier cycle, de professionnels et de boursiers, avec le soutien financier de la FUNCAP. L'enquête a été réalisée entre septembre et novembre 2023, en accédant aux portails de transparence des gouvernements municipaux et du Département de l'Éducation de l'État du Ceará. Les données ont été organisées sous forme de feuilles de calcul et de graphiques. L'analyse a pris en compte la législation pertinente, les recensements dans le domaine et les recherches sur l'insertion et la performance des psychologues dans l'éducation, avec une approche critique. 223 psychologues liés à l'Éducation ont été identifiés dans 71 des 184 municipalités du Ceará et 43 psychologues du Département d'Éducation de l'État. Concernant le rapport nombre d'inscriptions/nombre de professionnels, une seule commune compte plus de 2 psychologues pour mille inscriptions. Au niveau de l'État, la proportion est d'environ 0,11 psychologue pour mille inscriptions. La cartographie a permis une première photographie de l'insertion des psychologues dans l'éducation, guidant les prochaines étapes de la recherche.

**Mots-clés:** Psychologie scolaire ; Politiques publiques ; Éducation de base ; Ceará; Loi 13.935/2019

Este artigo objetiva discutir os dados recuperados em portais da transparência municipais e estadual acerca de psicólogas(os) vinculadas(os) à Educação básica no Ceará. O levantamento foi realizado como etapa da pesquisa multicêntrica intitulada “Atuação de psicólogos escolares e educacionais na América Latina: concepções, desafios e inovações nas políticas públicas de educação básica”, coordenada pela professora Marilene Proença Rebello de Souza, da Universidade de São Paulo, vinculada ao Instituto de Psicologia e Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar (LIEPPE). Com relação aos procedimentos éticos, a pesquisa possui aprovação com parecer de n° 6.239.315 no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade de São Paulo (CEP/USP).



O estudo tem como motivação a análise das repercussões para a atuação de psicólogos/os no campo da educação básica no Brasil, em contexto pós aprovação da lei federal nº 13.935/2019. Considerada um marco para a história da Psicologia Escolar e Educacional, seu texto dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica (Brasil, 2019).

O primeiro artigo e os dois incisos a ele relacionados estão em consonância com perspectivas críticas em Psicologia escolar, muitas das quais representadas nos esforços para aprovação da referida lei. Destaca-se a atuação: em equipes multiprofissionais, na mediação das relações sociais e institucionais, no processo de ensino-aprendizagem e o junto ao Projeto Político Pedagógico das instituições de ensino (Brasil, 2019). A resumida estrutura normativa da lei - apenas três artigos - potencializa desafios, tendo em vista sua função como dispositivo para a transformação das atuações na área, desde a criação de cargos, até a complexidade das ações junto às instituições. De certo modo, desde sua aprovação, tem-se visto a elaboração e a publicização de documentos de caráter orientativo e ampliado direcionados à sociedade e às próprias categorias profissionais a que se refere a lei. Nestes documentos, há sobretudo a construção de quadros de referência para a atuação e a criação de linhas para diálogo com as políticas públicas. No caso da Psicologia destacam-se: “Referências Técnicas para a atuação de Psicólogos (os) na Educação Básica” e “Psicólogas(os) e Assistentes Sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei 13.935/2019” (Conselho Federal de Psicologia, 2019, 2022). Pode-se dizer que esses novos ares convivem e contrastam com a permanência, no imaginário social, da clínica individualizante como modelo de prática, o que repercute como entrave à presença efetiva da psicologia nas políticas públicas educacionais. Como contraponto, constitui-se na psicologia brasileira uma rede diversa de conhecimentos de inspiração epistemológica crítica. Como plano comum e ético afirmam a prática institucional/educacional, materializada na atenção: à micropolítica do cotidiano, às insurgências e invenções dos atores escolares, à produção da escola como elo de proteção social e promoção de direitos, à inserção no campo relacional e contextos formativos, à coparticipação no



monitoramento e proposição de políticas públicas, à produção de modos de subjetivação que potencializam a vida em sua diferenciação. (Miranda et. al, 2024; Negreiros, Barros & Carvalho, 2020; Santos et. al, 2023; Veronese & Machado, 2022).

Diante deste cenário, percebe-se a efervescência entre pesquisadores, profissionais, movimentos sociais, gestores em torno de estratégias para acompanhamento do que tem se revelado no cotidiano profissional. O que tem mudado? Quais os principais desafios? Como estes profissionais têm se feito presente nas políticas públicas? Em que condições de trabalho? Para compor com que realidades?

Neste sentido, a etapa de levantamento, objeto de análise neste texto possibilitou aproximações à realidade do Estado do Ceará. Os dados referentes à presença de psicólogas/os vinculados à educação básica cearense, no ano de 2023, permitem um diagnóstico panorâmico, evidenciando marcas das governamentalidades em um Estado da região nordeste do Brasil. Ainda, constituem um passo para entender continuidades e descontinuidades quanto à atuação crítica em políticas educacionais. Com a reviravolta política empreendida em meados dos anos de 1980 na Psicologia e os efeitos produzidos para o perfil de psicólogas/os para o trabalho no campo educacional (Souza, 2016; Viotto Filho et al., 2024), as desigualdades sociais, territoriais e epistêmicas passam a ser analisadores do que se tem como objeto de estudo e da prática na área de psicologia escolar e educacional. Há, desse modo, uma aposta em pesquisas que buscam entender diferentes contextos como os que se revelam nos 5.570 municípios brasileiros que possam, ao acessar essa geopolítica complexa, relacionar dados regionais e produzir discursividades sobre a área de psicologia escolar e educacional que não invisibilizam contradições e particularidades.

O estado do Ceará, foco neste levantamento, conta com uma realidade demográfica de 8.791.688 habitantes distribuídos em 184 municípios. No panorama da rede estadual de educação, são 750 escolas distribuídas em 20 Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDES) e 3 Superintendências das



Escolas Estaduais de Fortaleza (SEFOR). Já na capital cearense, são 306 escolas municipais distribuídas em 6 distritos educacionais.

Para realização da coleta de dados referentes ao Estado do Ceará, constituiu-se uma equipe de pesquisa com coordenadores de três instituições públicas cearenses, além da contribuição de estudantes de pós-graduação, bolsistas de iniciação científica, alunos de graduação interessados na temática, profissionais, além de bolsistas diretamente vinculados ao estudo, por meio de financiamento recebido da Fundação Cearense de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico (FUNCAP), por meio de edital nº 06/2023. Na próxima seção, detalham-se os passos metodológicos e contornos do delineamento desta fase da pesquisa.

## **Método**

A pesquisa de levantamento teve como bases de dados as seguintes plataformas digitais: os portais da transparência, os sites municipais e do estado do Ceará, o Censo Populacional do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o Censo Escolar do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). No processo de coleta, levou-se em consideração informações quantitativas e qualitativas, priorizando dados públicos divulgados nos portais no mês de referência agosto de 2023, sendo eles acessados entre setembro e novembro do mesmo ano.

Quanto às informações recuperadas em cada uma das fontes citadas, seguiu-se a seguinte distribuição: a) nos portais da transparência foram coletados dados relacionados às(aos) psicólogas(os) escolares dos municípios e do estado do Ceará, sendo eles: nome, modalidade de vínculo, carga horária, salário e lotação; b) nos sites municipais e do estado foram coletados dados de comunicação, a saber: e-mail, telefone e nome da(o) secretária(o) de educação do município ou do estado; c) no Censo do IBGE e no Censo Escolar do INEP foram coletados, respectivamente, o número de habitantes e o número de matrículas e de escolas municipais e estaduais. Os procedimentos de recuperação seguiram as etapas descritas nos itens a seguir:

### **A. Navegação pelo Portal da Transparência**



Após identificar os sites oficiais das prefeituras e do estado, o próximo passo foi acessar o Portal da Transparência. Este portal disponibiliza informações sobre a administração pública, incluindo dados sobre recursos financeiros, gastos, contratações e informações sobre servidores, sendo uma ferramenta de efetivação da transparência dos investimentos públicos instituída pela lei federal nº 12.527/2011, que regula o acesso à informação (Brasil, 2011). Cada site municipal e o site estadual disponibilizam o seu próprio portal da transparência, sendo a maioria dos modelos de portal semelhantes entre si. Em cada um dos sites há uma barra superior que indica algumas abas, dentre elas a aba “Transparência”, em que consta o portal referente ao município/estado.

Dentro do Portal da Transparência, há seções específicas. A seção selecionada, dentre aquelas localizadas no segmento “Atos, publicações, pessoal, compras e convênios”, foi a referente às(aos) servidores municipais e estaduais, intitulada “Pessoal”, a fim de encontrar dados sobre as(os) psicólogas(os). A seção mencionada está exemplificada na imagem a seguir, capturada no Portal da Transparência de Irauçuba-CE.

## Figura 1

### *Portal da Transparência de Irauçuba*



*Nota.* A figura apresenta a tela inicial de acesso ao Portal da Transparência da prefeitura de Irauçuba.



Enquanto a maioria dos portais eram disponibilizados no formato da imagem (figura 1), outros exigiram uma forma específica de busca dadas as diferenças existentes. Tal fato dificultou e, em alguns casos, impossibilitou encontrar os dados pertinentes à pesquisa. A título de exemplo, em um dos bancos de dados era possível acessar apenas os nomes das(os) servidoras(es), sem qualquer identificação do cargo ocupado.

## B. Acesso às Informações das(os) psicólogas(os) ligadas(os) à educação básica

Uma vez localizada a seção de servidores do Portal da Transparência, o próximo passo foi encontrar o cargo de “psicólogo”. As informações se organizavam de modo que era, na maioria dos portais, possível escolher filtros para o ano de exercício, pelo mês e pelo cargo, como demonstrado na figura 2.

### Figura 2

#### Resumo por Cargo no Portal da Transparência de Irauçuba

The screenshot shows a search interface on the Portal da Transparência de Irauçuba. The page title is 'Resumo da folha de pagamento por cargo'. The search filters are set to '2024' for the year, 'SETEMBRO - FOLHA NORMAL' for the month, and 'Pesquisar pela descrição do cargo'. The search results show 121 records. The table below displays the summary of the payment sheet for the selected criteria.

Resumo da folha de pagamento por cargo					SETEMBRO/2024 - FOLHA NORMAL				
Descrição do cargo	Proventos (R\$)	Descontos (R\$)	Líquido (R\$)	Mês					
AGENTE ADMINISTRATIVO	97.093,75	28.300,30	68.793,45						

Nota. A figura apresenta a tela de busca da folha de pagamento de servidores no Portal da Transparência da prefeitura de Irauçuba.



Após filtrados os dados, as(os) psicólogas(os) que tinham como local de lotação a secretaria de educação, uma escola ou a demarcação “Fundeb”, referente ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, eram consideradas(os) psicólogas(os) vinculadas(os) à rede básica de educação pública.

Ainda, foram incluídas(os) os profissionais de orientação educacional no escopo da pesquisa em Sobral e no Crato. Esta decisão se deu uma vez que o cargo de “orientador educacional” é exercido por psicólogas(os). A relação orientação educacional-psicologia pôde ser verificada nos editais de concurso público dos dois municípios: Edital Nº 04/2018 da Prefeitura Municipal de Sobral/CE e Edital Nº 01/2020 da Prefeitura Municipal do Crato. Importante ressaltar que o conhecimento prévio das políticas educacionais dos municípios e a vinculação anterior das(os) pesquisadoras(es) foram decisivas para a tomada de decisão.

Após encontrar a seção que lista as(os) psicólogas(os) ou as(os) orientadoras(es) educacionais, foi realizada a coleta das informações disponíveis. Os dados incluídos foram organizados e recolhidos como apresentado a seguir.

### **C. Organização dos dados**

A sistematização dos dados coletados dos municípios para o estudo foi realizada por meio de duas planilhas no programa de organização de dados Planilhas Google, sendo uma delas para os dados municipais, dividida em abas, denominadas Aba A, Aba B e Aba C, e uma para os dados estaduais, dividida em Aba A e Aba B. Os dados discutidos neste artigo estão inseridos nas Abas A e B, e, por isso, serão apresentadas as formas de organização apenas dessas duas abas da planilha de recuperação dos dados.

Como mencionado na Introdução do artigo, a investigação empreendida no estado do Ceará compõe uma pesquisa mais ampla, que compreende vários estados do território nacional, e, por isso, as abas contém dados que foram padronizados para garantir a uniformidade das informações entre todas as equipes estaduais, assegurando que todos os Estados envolvidos no estudo fossem adequadamente



representados e que os dados fossem comparáveis. Apesar das planilhas, com organização definida entre as equipes de pesquisa estaduais, dividir os dados municipais e os dados estaduais, as Abas A e B se distribuem com as mesmas categorias, fazendo referência a um município ou ao estado e suas(seus) respectivas(os) servidoras, a depender da planilha em que está localizado.

A Aba A faz referência ao município ou ao estado e são apresentadas informações importantes para comunicação com as secretarias de educação e prefeituras, além de dados quantitativos relacionados ao contexto educacional local e ao número de psicólogas(os) contratadas(os). De forma mais descritiva, nesta aba foram registrados:

1. número de habitantes de cada município;
2. dados de contato, como número de telefone, site e e-mail, além do nome da(o) secretária(o) de educação municipal ou estadual;
3. quantidade de instituições escolares rurais e urbanas e matrículas rurais e urbanas na rede básica municipal ou estadual;
4. número de psicólogas(os) atuantes nas escolas.

A Aba B das planilhas foi dedicada especificamente às(aos) psicólogas(os), contendo informações detalhadas sobre essas(es) profissionais contratadas(os) pelos municípios ou pelo estado. Nela, constam:

1. os nomes das(os) psicólogas(os);
2. o vínculo empregatício de cada uma(um), variável com nomenclaturas diversas;
3. a data de admissão da(o) profissional;
4. a carga horária de trabalho;
5. a remuneração;
6. a lotação das(os) psicólogas(os).

Com isso, foram recuperados dados fundamentais para iniciar a avaliação das condições de trabalho das(os) psicólogas(os), a relação entre as variáveis de análise e a distribuição profissional.



As duas abas mencionadas contêm os dados, a partir dos quais analisa-se o perfil das(os) psicólogas(os) que atuam na educação básica dos municípios cearenses e do Estado do Ceará, além de possibilitarem a discussão do cenário de implementação da lei nº 13.935/2019. As duas figuras a seguir pretendem ilustrar as planilhas aqui discutidas.

### **Figura 3**

*Planilha rede municipal (Aba B)*<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Nesta fase da pesquisa (levantamento), a identificação das(os) psicólogas(os) (Figuras 3 e 4) não se fez necessária. Os dados pessoais serão considerados na etapa qualitativa do estudo, quando se perspectiva realizar entrevistas.



	A	B	C	D	E	F	G	H
1	Estado	Município	Psicólogo(a)	Modalidade de Vínculo	Data de admissão	Carga Horária(h)/semana	Remuneração	Isonomia
2	Ceará	Abaiara		0	0	0	0	0
3	Ceará	Acarape		0	0	0	0	0
4	Ceará	Acaraú		Contrato Temporário	02/05/2023	30	R\$ 3.564,00	FUNDEB 30%
5	Ceará	Acaraú		Contrato Temporário	15/08/2022	30	R\$ 3.884,00	FUNDEB 30%
6	Ceará	Acopiara		0	0	0	0	0
7	Ceará	Aiuaba		0	0	0	0	0
8	Ceará	Alcântaras		Processo Seletivo	18/05/2023	20	R\$ 2.715,81	0
9	Ceará	Altaneira		Concurso Público	01/02/2013	30	R\$ 2.434,66	CONCURSADOS 30%
10	Ceará	Altaneira		Contrato Temporário	17/04/2023	0	R\$ 1.996,74	ENSINO FUNDAMENTAL 70%
11	Ceará	Altaneira		Contrato Temporário	17/04/2023	0	R\$ 1.996,74	ENSINO FUNDAMENTAL 70%

Nota. A figura apresenta a tabela de organização dos dados relativos às(aos) psicólogas(os) que atuam nos municípios cearenses.

**Figura 4**

*Planilha rede estadual (Aba B)*



	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1	Estado	Psicólogo(a)	Modalidade de Vínculo	Data de admissão (juízo do contrato)	Carga Horária/semana	Remuneração	Lotação		
2	Ceará		Terciarizada	26/04/2023	30		SEDUC		
3	Ceará		Terciarizada	26/04/2023	30		SEDUC		
4	Ceará		Terciarizada	26/04/2023	30		SEDUC		
5	Ceará		Terciarizada	26/04/2023	30		SEDUC		
6	Ceará		Terciarizada	26/04/2023	30		SEDUC		
7	Ceará		Terciarizada	26/04/2023	30		SEDUC		
8	Ceará		Terciarizada	26/04/2023	30		SEDUC		
9	Ceará		Terciarizada	26/04/2023	30		SEDUC		
10	Ceará		Terciarizada	26/04/2023	30		SEDUC		
11	Ceará		Terciarizada	26/04/2023	30		SEDUC		
12	Ceará		Terciarizada	26/04/2023	30		SEDUC		
13	Ceará		Terciarizada	26/04/2023	30		SEDUC		
14	Ceará		Terciarizada	26/04/2023	30		SEDUC		
15	Ceará		Terciarizada	26/04/2023	30		SEDUC		
16	Ceará		Terciarizada	26/04/2023	30		SEDUC		
17	Ceará		Terciarizada	26/04/2023	30		SEDUC		

Nota. A figura apresenta a tabela de organização dos dados relativos às(aos) psicólogas(os) que atuam na rede estadual de educação básica.

## Resultados e discussão

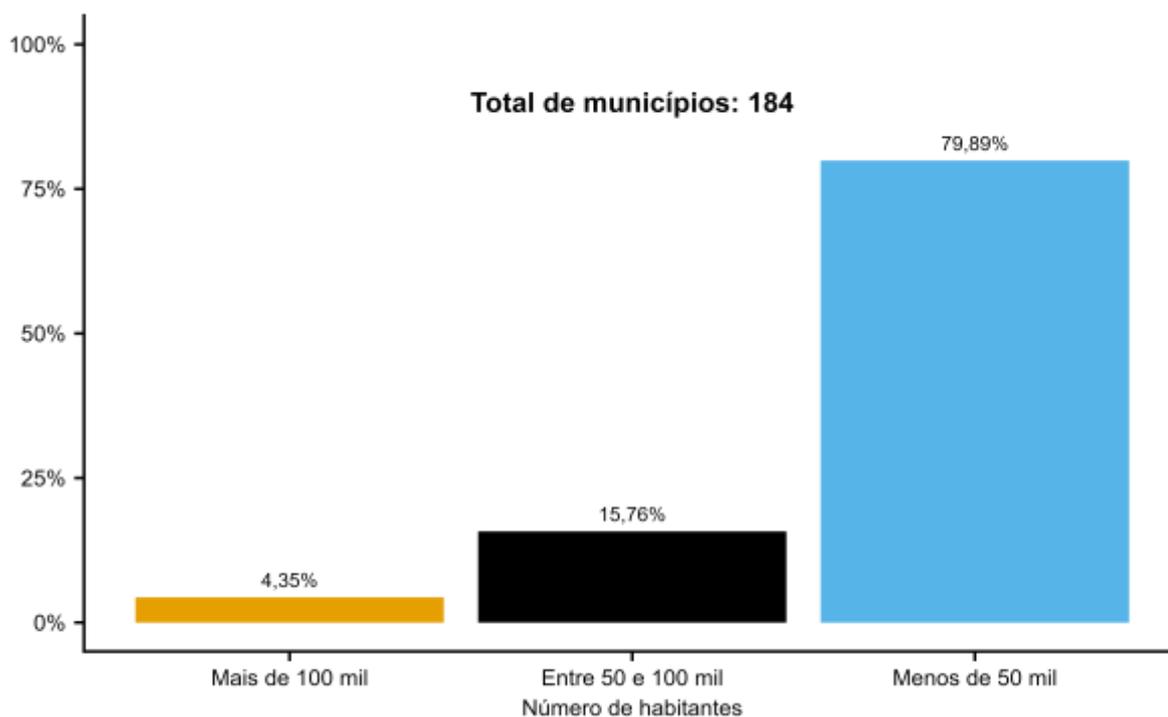
Durante a pesquisa nos portais de transparência dos municípios cearenses, constatou-se que todos os sites estavam acessíveis. No entanto, nem todos apresentavam todas as informações necessárias. Além disso, alguns portais não estavam atualizados em relação ao mês de referência ou careciam de dados relevantes à pesquisa.

Recolheram-se dados do Censo Escolar de 2022 e do IBGE para obter informações sobre a quantidade de habitantes de cada município, o total de matrículas e o número de escolas urbanas e rurais sob responsabilidade municipal. Esses dados constroem um panorama geral para começar a conhecer a realidade educacional e demográfica dos municípios, possibilitando uma análise inicial acerca da distribuição populacional e a presença de instituições educacionais e corpo docente nos municípios cearenses. Tais dados estão representados nos gráficos a seguir:

Figura 5



*Distribuição de habitantes por município*

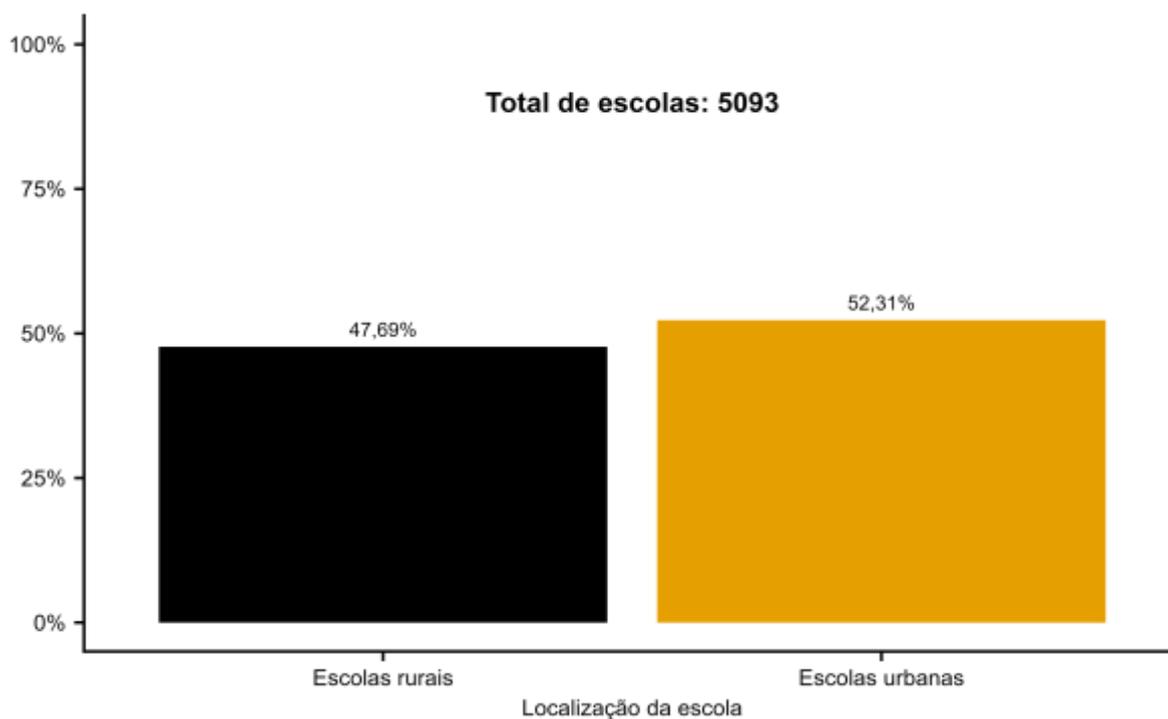


*Nota.* A figura apresenta um gráfico que informa a distribuição de habitantes dos municípios cearenses a partir da contagem de habitantes.

**Figura 6**



*Número de escolas municipais rurais e urbanas*

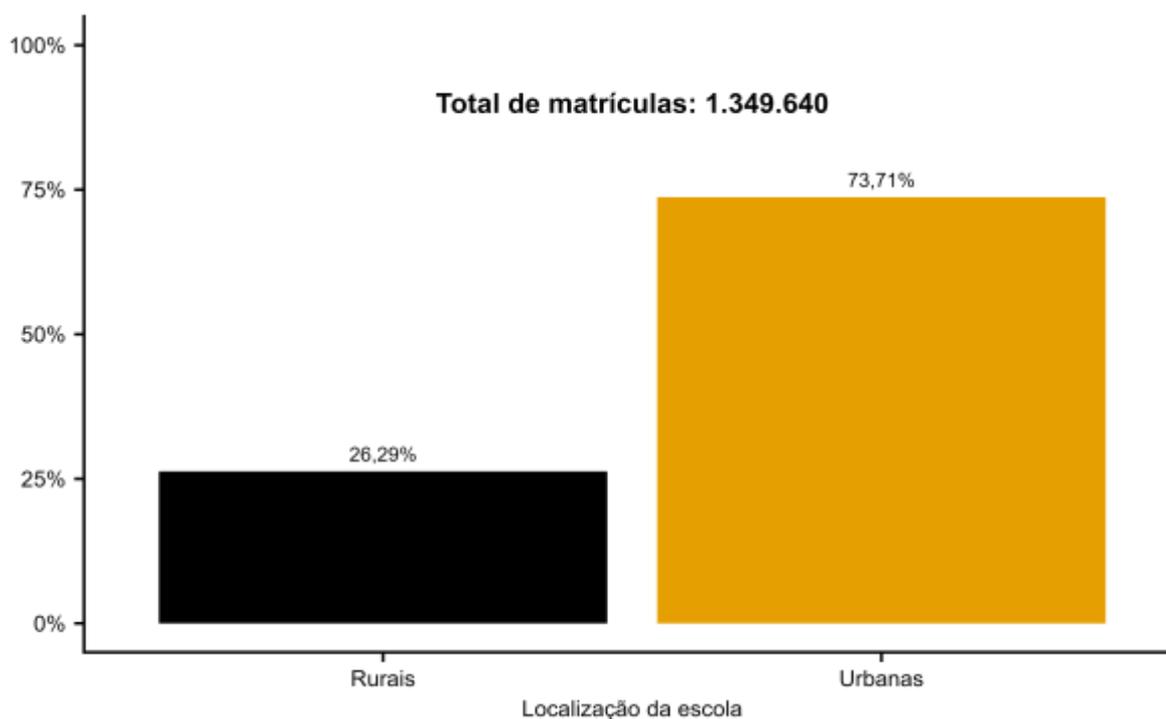


*Nota.* A figura apresenta um gráfico de barras que informa o número de escolas municipais urbanas (barra direita) e o número de escolas municipais rurais (barra esquerda).



**Figura 7**

*Número de matrículas municipais rurais e urbanas*



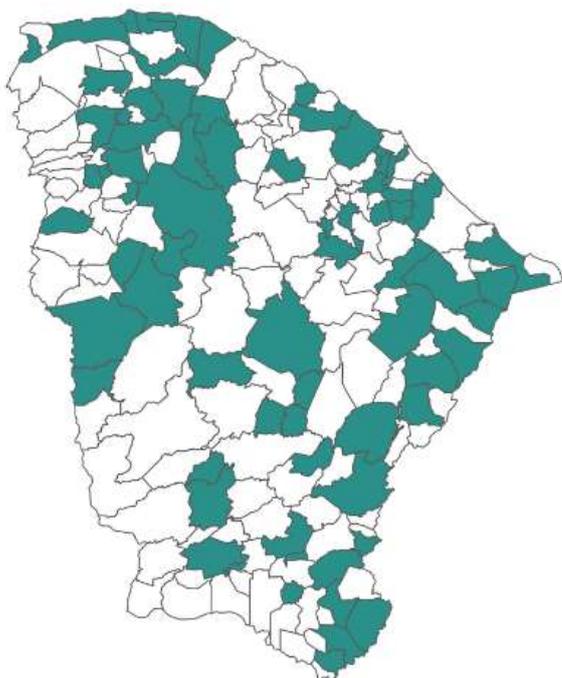
*Nota.* A figura apresenta um gráfico de barras que informa o número de matrículas municipais urbanas (barra direita) e o número de matrículas municipais rurais (barra esquerda).

Em relação aos dados recolhidos nos Portais da Transparência dos municípios, foram encontradas(os) 223 psicólogas(os) vinculadas(os) à educação municipal. Estas/estes profissionais estão distribuídas(os) em apenas 71 dos 184 municípios como representado no mapa do Ceará a seguir:



## Figura 8

*Municípios com psis escolares/educacionais*

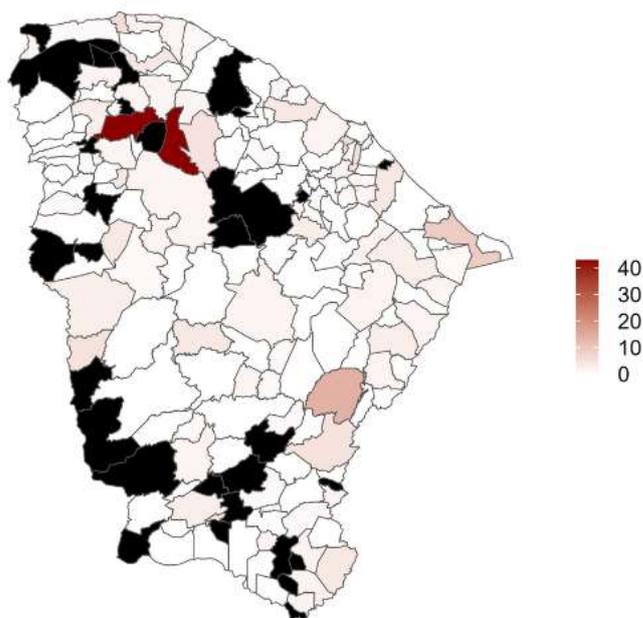


*Nota.* A figura apresenta um gráfico em formato de mapa, em que os municípios coloridos são aqueles com a atuação de psicólogas(os) na educação básica.

Em relação à densidade distributiva destes profissionais no estado, há uma dispersão entre maior e menor número de psicólogas(os) por município como representado em gradiente de intensidade da cor vermelha no mapa a seguir (figura 9). Os municípios com a coloração preta são aqueles em que os dados relacionados à presença/ausência de psicólogas(os) na educação estava indisponível no respectivo Portal da Transparência.

## Figura 9

*Distribuição de profissionais nos municípios*



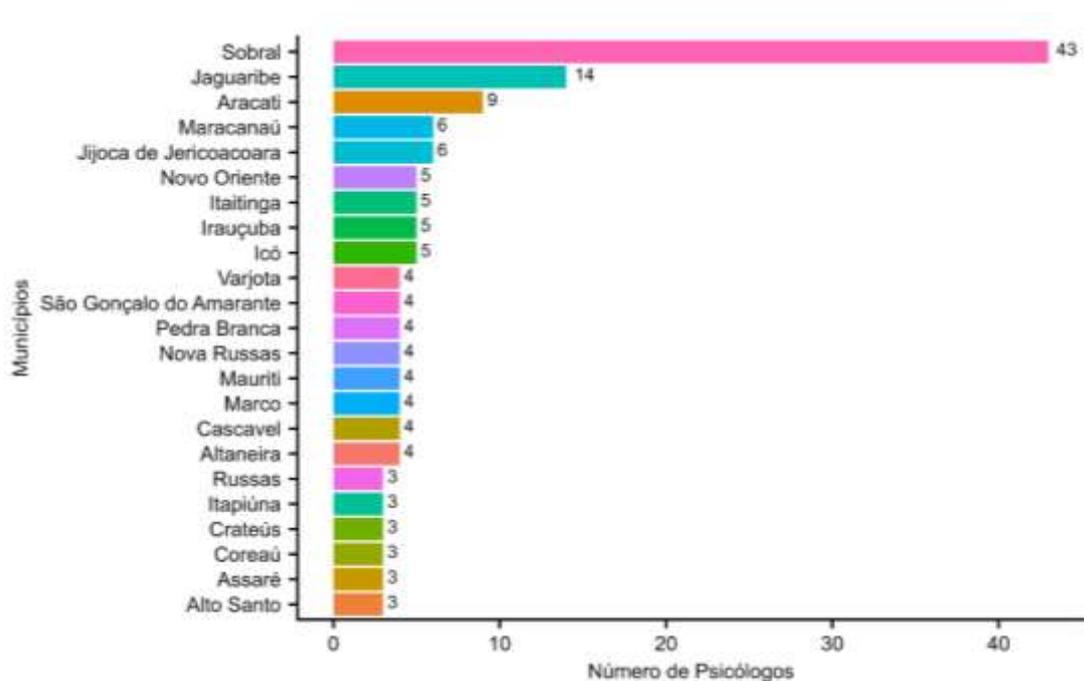
*Nota.* A figura apresenta um gráfico em formato de mapa com a representação da distribuição de psicólogas(os) por municípios, com gradiente de cor, sendo a cor preta representativa da indisponibilidade dos dados.

Além dos mapas acima, o gráfico (figura 10) a seguir marca os 23 municípios que têm maior número de psicólogas(os) atuantes no estado do Ceará:



**Figura 10**

*Número de psicólogas(os) por município*



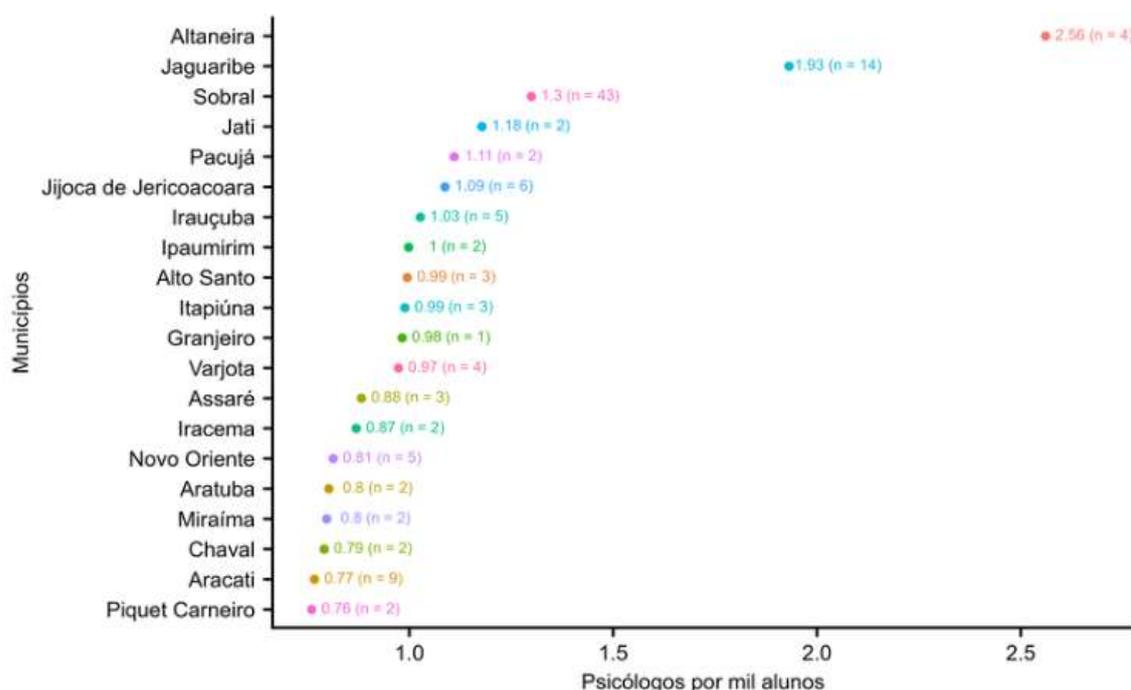
*Nota.* A figura apresenta um gráfico de barras que informa o número de psicólogas(os) em cada município descrito.

Ao realizar uma análise comparativa entre o número de psicólogas(os) e o número de matrículas municipais, calculou-se que há, para cada mil matrículas, o número máximo de 2,56 psicólogas(os) no município de Altaneira, com 4 psicólogas(os), como indicado no gráfico anterior. Em todos os outros municípios o número é inferior a 2 psicólogas(os) para cada mil matrículas, como demonstrado no gráfico (figura 11):



Figura 11

Número de psis para cada mil matrículas por município



Nota. A figura apresenta um gráfico de pontos com a distribuição do número de psicólogas(os) para cada mil matrículas em cada município descrito.

Tendo em vista o primeiro conjunto de dados, relativos à distribuição dos profissionais nas redes de educação básica municipal no estado do Ceará, observou-se uma presença ainda incipiente e difusa na distribuição de psicólogas(os) em regiões com maior/menor número de matrículas. Neste recorte, são 223 psicólogas(os) para 1.349.640 matrículas. Sobral aparece como mais destoante, sendo o município com mais psicólogas(os), 43 profissionais na sua rede comparando com os 14 de Jaguaribe, o segundo nesse quantitativo. No caso do município do Crato, apesar do conhecimento relatado anteriormente sobre a presença de



psicólogas(os) ocupando cargos de orientadores educacionais, no mês de referência da pesquisa não foram encontrados dados relativos a essas(es) profissionais no portal da transparência municipal.

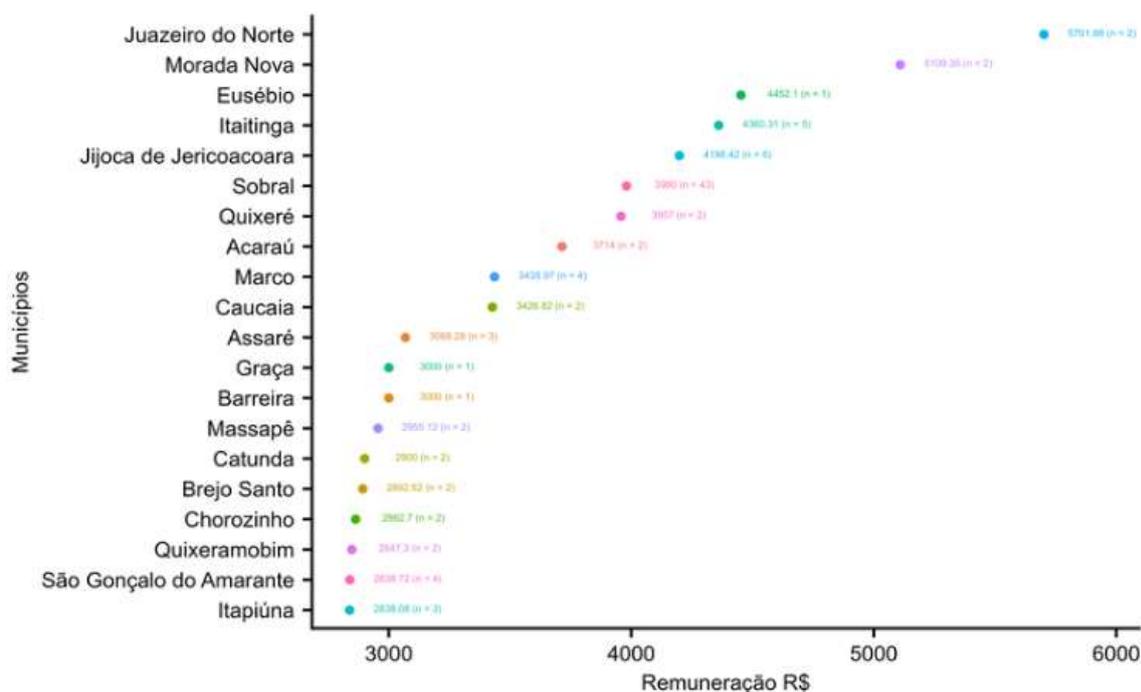
Ainda sobre a não correspondência entre informações sobre a realidade educacional do município e os dados oficiais, identificou-se a ausência de psicólogas(os) da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Fortaleza no portal da transparência. Lima e Marinho (2022) apresentam e detalham o funcionamento do Serviço de Psicologia Escolar (SPE) em Fortaleza, iniciado em outubro de 2020, com vistas a contemplar a lei 13.935 a partir da contratação de 12 psicólogas(os) para atuarem a partir da Célula de Mediação Escolar e Cultura de Paz, em modelo de plantão psicológico. Os autores detalham, além do modelo de funcionamento e resultados, alguns desafios pertinentes quanto a sobrecarga de trabalho pela relação de 12 profissionais para mais de 500 escolas (Lima & Marinho, 2022).

Detalha-se a seguir o segundo bloco dos resultados, correspondentes aos salários, carga horária e vínculos de trabalho das psicólogas(os) presente no levantamento de dados nos portais da transparência.

Em relação à remuneração média das(os) profissionais de cada município, foi verificado que prevalece o valor abaixo de R\$ 3.000,00, com apenas 13 municípios apresentando média igual ou maior. A figura abaixo ilustra algumas médias salariais:

## **Figura 12**

*Renda média de psis por município*

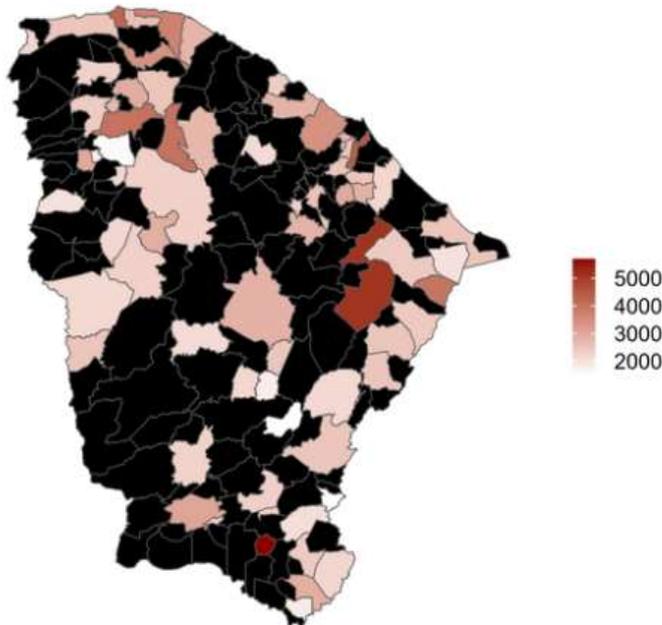


Nota. A figura apresenta um gráfico de pontos com a remuneração média de psicólogos(os) em cada município descrito.

Além disso, ainda em relação à média salarial, vale destacar que a maioria dos Portais da Transparência não apresentavam o registro salarial das(os) psicólogos(os). O mapa seguinte demonstra a gradação entre as maiores e as menores médias salariais, bem como o alto nível de indisponibilidade dos dados.

**Figura 13**

*Distribuição de renda média nos municípios*

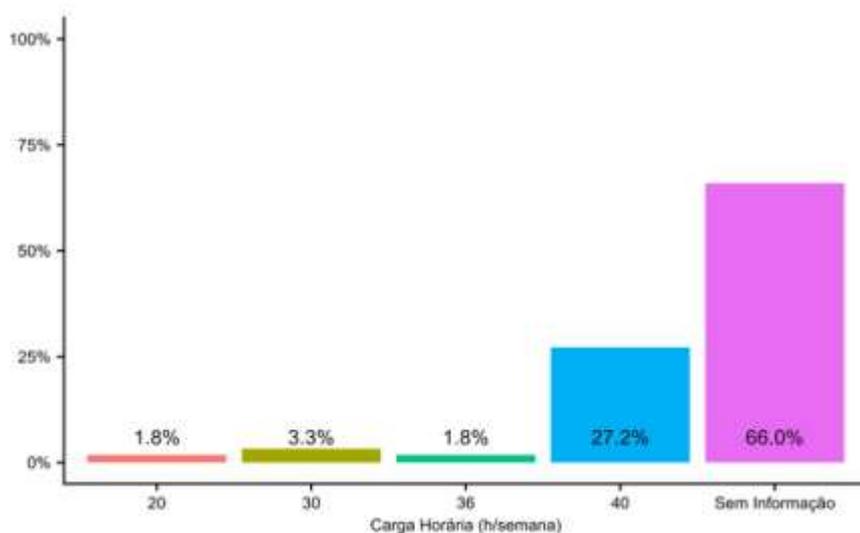


*Nota.* A figura apresenta um gráfico no formato de mapa com a distribuição da remuneração média de psicólogos(os) nos municípios cearenses, com gradiente de cor, sendo a cor preta representativa da indisponibilidade dos dados.

Outro dado que apresentou alto nível de indisponibilidade foi a carga horária das(os) profissionais, com 66% dos municípios com psicólogos(os) sem indicação da carga horária cumprida por elas(es).

## Figura 14

*Carga horária de trabalho*



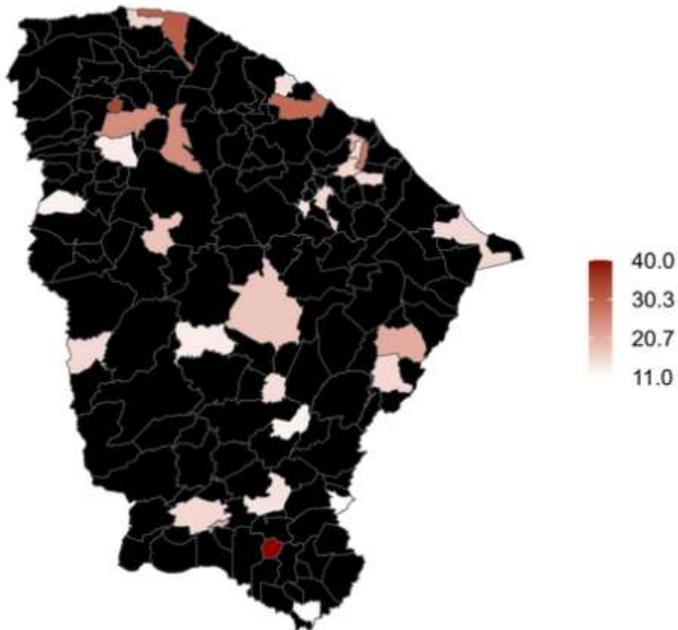
*Nota.* A figura apresenta um gráfico de barras que informa o percentual de psicólogas(os) de acordo com a carga horária de trabalho semanal informada no portal da transparência.

Dessa forma, ao estabelecer a relação dos dados de remuneração e carga horária, a fim de calcular o valor da hora de trabalho de psicólogas(os), permanece o alto grau de indisponibilidade. O mapa e o gráfico (figuras 15 e 16) a seguir ilustram essa relação.



**Figura 15**

*Distribuição do valor da hora de trabalho*

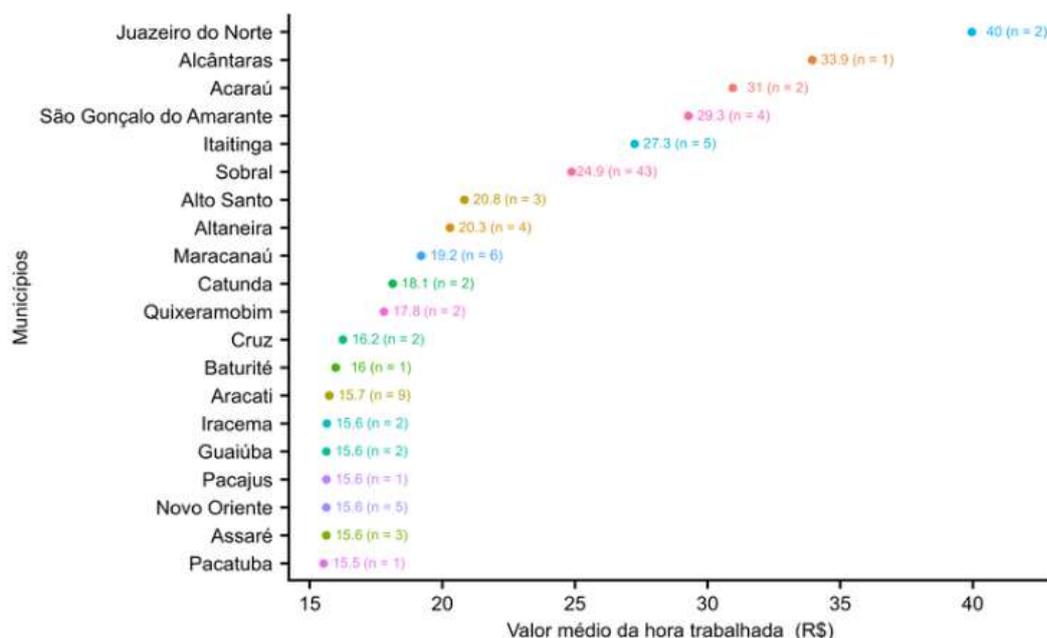


*Nota.* A figura apresenta um gráfico no formato de mapa com a distribuição do valor da hora de trabalho de psicólogas(os) nos municípios cearenses, com gradiente de cor, sendo a cor preta representativa da indisponibilidade dos dados.



Figura 16

Valor da hora de trabalho por município



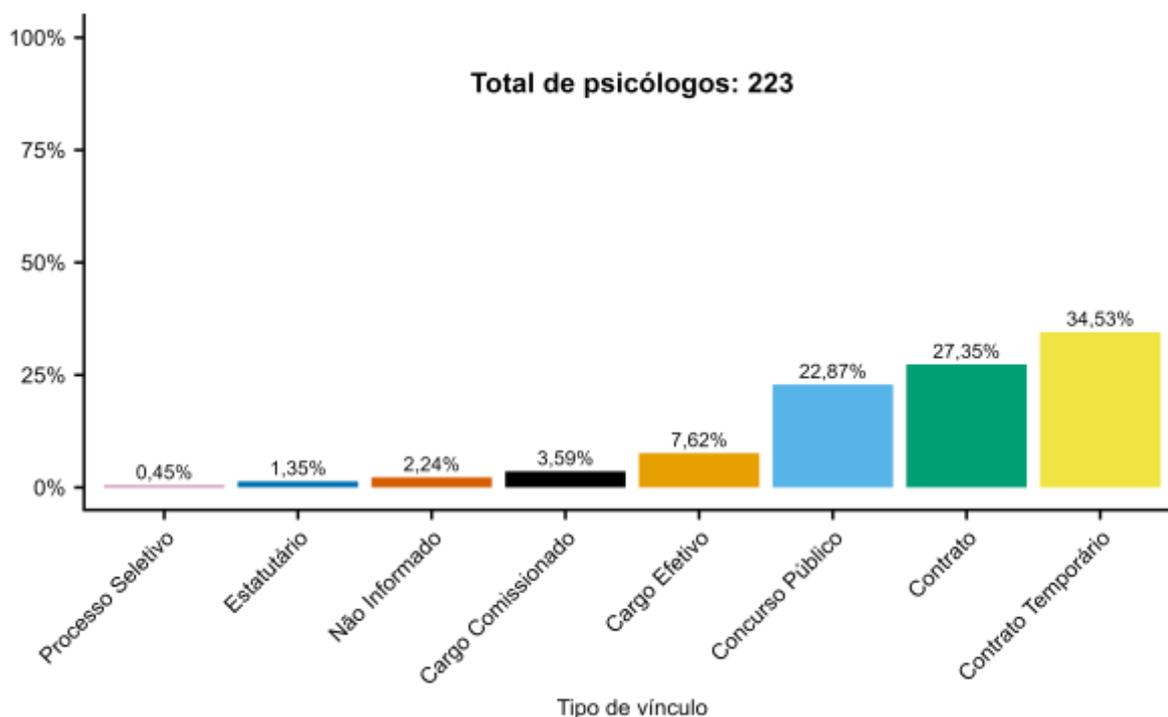
Nota. A figura apresenta um gráfico de pontos, com a distribuição do valor da hora de trabalho média de psicólogas(os) em cada um dos municípios descritos.

Por fim, destaca-se a modalidade de vínculo das(os) psicólogas(os) com as prefeituras em que trabalham. Os dados demonstram que a maioria das relações de trabalho apresenta caráter temporário, e, assim, instabilidade do trabalho nos municípios cearenses.



**Figura 17**

*Modalidade de Vínculo*



*Nota.* A figura apresenta um gráfico de barras, com a distribuição das formas de vínculo trabalhista de psicólogas(os) municipais no estado do Ceará, de acordo com o Portal da Transparência de cada município.

Além dos dados retratados até então, relacionados aos 71 municípios cearenses com psicólogas(os) atuantes na educação, o estado do Ceará apresenta, em seu portal da transparência, 43 psicólogas(os), todas(os) com vínculo profissional de contratos terceirizados. Em relação ao número de matrículas, há 403.252 matrículas estaduais de acordo com o Censo Escolar de 2022 (INEP, 2023), o que significa que, em média, há, para cada 1.000 matrículas, cerca de 0,11 psicólogas(os). O estado apresenta contratos com 3 empresas para contratação de psicólogas(os) para atuação na Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC) em seu portal da transparência. Os contratos datam de abril de 2023 e informam a carga



horária de 30 horas semanais para as(os) psicólogas(os) contratadas(os). Não constam dados relacionados aos salários recebidos por essas(es) profissionais nos contratos disponibilizados no portal. Ainda, não há indicação sobre a atuação desses profissionais em alguma das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação da SEDUC.

Os resultados apresentados até então são motores para um aprofundamento da investigação quanto à realidade cearense, em fase posterior da pesquisa, a fim de conhecer significados acerca de denominações dos cargos, modos de atuação dos profissionais e seus desafios cotidianos.

### **Considerações finais**

Ao longo do artigo foi feita uma análise geral sobre dados quantitativos que compõem um processo metodológico de busca em portais da transparência do estado do Ceará, a fim de apresentar e discutir o contexto laboral de psicólogas(os) na educação básica cearense. Assim, construiu-se uma fotografia, relativa ao mês de agosto de 2023, de como municípios e o estado têm feito contratações de psicólogas(os) e como essa relação com a educação têm se estabelecido, a partir das variáveis escolhidas na pesquisa: cargo, salário, lotação, carga horária e vínculo.

Entretanto, a partir da metodologia escolhida, produzem-se também indagações, especialmente pela falta de informações ao acessar os Portais da Transparência. Como apresentado na Introdução deste artigo, a Lei nº 13.935/2019, que vem sendo implementada por municípios e estados nesses quase cinco anos de sua vigência, implica a contratação de profissionais da Psicologia, entretanto, acompanhar o andamento dessa inserção através de espaços como os portais mencionados apresenta empecilhos. Assim, na realização da pesquisa e para além dela, houve uma limitação da compreensão de características importantes desse processo de entrada de psicólogas(os) no espaço escolar desde a promulgação da lei.

Ainda que tenha sido encontrado um número expressivo de profissionais atuando na rede básica cearense, foi necessário, em 41 casos das(os) 223 psicólogas



municipais, inferir que seu trabalho estava vinculado à educação a partir da sigla “FUNDEB” no campo de lotação profissional, sem que fosse feita outra referência aos espaços educacionais. Apesar do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação estar diretamente relacionado às políticas e às(aos) profissionais da educação, é uma forma de financiamento e não de lotação, o que impossibilita, ao utilizarmos apenas as informações constantes no Portal da Transparência, saber ao certo se profissionais financiadas(os) pelo fundo estão lotados em equipamentos da educação.

Além disso, dentre as variáveis escolhidas para análise desse contexto de contratação e implementação da lei, a carga horária é uma informação que, em 66% dos municípios com psicólogas(os), não foi informada. Diante de um contexto de luta da classe profissional por uma carga horária de 30 horas semanais para todas(os) as(os) psicólogas(os) (Conselho Federal de Psicologia), a falta de informações oficiais acerca dessa questão, bem como da razão entre salário e carga horária, interfere no processo de organização de dados para promoção de uma luta coletiva da categoria em busca da melhoria da qualidade laboral.

Segundo Forte (2020), ao tratar dos portais de transparência de Fortaleza, a falta de informações e de detalhamentos percebidas coadunam com o que foi percebido ao investigar os portais de outros municípios cearenses e do estado na busca de informações acerca de psicólogas(os) no campo educacional. A autora afirma, ainda, que isso não significa, necessariamente, que há um descumprimento da lei, mas sim que esse fato se deve, especialmente, à falta de regras específicas em relação ao que deve constar nos portais, segundo a legislação (Forte, 2020).

Portanto, apesar dos dados encontrados nos portais construírem um panorama interessante sobre a inserção profissional de psicólogas(os) em políticas educacionais, de forma a instigar perguntas e discussões sobre esse processo de promulgação da lei, também provocam a continuidade da pesquisa para aprofundamento e contato com informações indisponíveis nessa metodologia. Dessa forma, a pesquisa em tela neste artigo seguirá para uma segunda fase, composta



pela construção de um formulário online com perguntas objetivas e subjetivas, a ser respondido por psicólogas(os) da rede, e de entrevistas com essas(es) profissionais.

## Referências

- Brasil. (2011). *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011: Regulamenta o direito de acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no § 2º do art. 37 e no § 3º do art. 216 da Constituição Federal, e dá outras providências*. Diário Oficial da União. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)
- Brasil. (2019) *Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019: Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica*. Diário Oficial da União. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm)
- Conselho Federal de Psicologia. (2019). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica*. [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBASICA\\_web.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBASICA_web.pdf)
- Conselho Federal de Psicologia. (2022). *Psicólogas(os) e Assistentes Sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei 13.935/2019* [https://psicologianaeducacao.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/32/2022/11/manual\\_lei\\_13935-final-web-1.pdf](https://psicologianaeducacao.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/32/2022/11/manual_lei_13935-final-web-1.pdf)
- Conselho Federal de Psicologia. (n.d.). *Psicologia: 30 horas já! A luta continua*. <https://site.cfp.org.br/psicologia30horas/#:~:text=A%20jornada%20laboral%20de%20at%C3%A9,da%20medida%20no%20Congresso%20Nacional>
- Forte, E. C. (2020). Transparência pública e acesso à informação: uma análise do Portal da Transparência do município de Fortaleza. *Revista Controle*, 18(2), 429-456.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). (2023). *Censo Escolar 2022: Resumo Técnico* [Relatório]. INEP. [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escolar\\_2022.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2022.pdf)
- Lima, E. N., & Marinho, I. C. (2022). Serviço de Psicologia Escolar na rede municipal de educação de Fortaleza (CE): primeiros resultados. *Práticas Educativas, Memórias E Oralidades - Rev. Pemo*, 4. <https://doi.org/10.47149/pemo.v.4.7304>



- Miranda, L. L., Lavor Filho, T. L. de ., Souza Filho, J. A., Soares, M. R. N., Gonçalves, L. T. L., Fontenele, L. Q., Silva, P. F. J., & Miranda, L. M. F. (2024). Cenas e Fabulações da Psicologia em Pesquisa-Intervenção com Secundaristas e Universitários . *Psicologia: Ciência E Profissão*, 44. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003265760>
- Negreiros, F., Barros, M.O. & Carvalho, L. S. (2020). Psicologia escolar em políticas públicas no Piauí, Brasil: compreensão teórico-prática e modelos de atendimento. *Revista científica y profesional de la Asociación Latinoamericana para la Formación y la Enseñanza de la Psicología*. <https://integracion-academica.org/attachments/article/264/06%20Psicologia%20Escolar%20FNegreiros%20MBarros%20LCarvalho.pdf>
- Santos, T. C., Santos, I. L., Almeida, M. C., Carvalho , L. S., & Negreiros, F. (2023). Serviços Inaugurais de Psicologia Escolar no Piauí: Um Estudo Historiográfico. *Boletim De Conjuntura (BOCA)*, 15(43), 496–514. <https://doi.org/10.5281/zenodo.8191177>
- Souza, M. P. R. (2016) Ensino de Psicologia Escolar: conteúdos revelam práticas ou práticas revelam conteúdos. In: Comissão de Psicologia e Educação do CRP-RJ (Org.). *Conversações em Psicologia e Educação*. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Psicologia.
- Veronese, L. A. A., & Machado, A. M. (2022). O pensamento institucionalista e a psicologia escolar: desassossegando as lógicas do cotidiano. *Psicologia Escolar e Educacional*, 26, 2022. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392022225808>
- Viotto Filho, I. A. T., Salomão, F. R., & Viégas, L. S. (2024). Entrevista com Maria Helena Souza Patto. *Psicologia Escolar e Educacional*, 28. <https://doi.org/10.1590/2175-35392024-259163>

**Recebido: 12.12.2024**

**Aprovado: 20.12.2024**

**Publicado: 01.01.2025**

## **Autores**

### **Lara Thayse de Lima Gonçalves**

Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista de Pesquisa de Apoio Técnico (BAT) da FUNCAP. E-mail: [larathayse10@gmail.com](mailto:larathayse10@gmail.com)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3751-9765>



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq  
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)



### **Vitor Batista de Melo**

Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista de Pesquisa de Apoio Técnico (BAT) da FUNCAP. E-mail: [vitorbdmelo@gmail.com](mailto:vitorbdmelo@gmail.com)  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3866-2341>

### **Érica Atem Gonçalves de Araújo Costa**

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [ericaatem@ufc.br](mailto:ericaatem@ufc.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4341-8138>

### **Francisco Pablo Huascar Aragão Pinheiro**

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) - Campus Sobral. E-mail: [pablo.pinheiro@ufc.br](mailto:pablo.pinheiro@ufc.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9289-845X>

### **Tadeu Lucas de Lavor Filho**

Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE) - Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (FECLI). Coordenador do Projeto de Extensão Artesanias Escolares e Saúde Mental. E-mail: [tadeu.lucas@uece.br](mailto:tadeu.lucas@uece.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2687-1894>

### **Luciana Lobo Miranda**

Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professor Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista de Produtividade do CNPQ. Coordenadora do Projeto de Extensão É da Nossa Escola que Falamos. E-mail: [luciana.miranda@ufc.br](mailto:luciana.miranda@ufc.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7838-8098>